

História intelectual e mediadores culturais: o caso dos professores da Educação Básica

Intellectual history and cultural mediators: the case of the Basic Education teachers

Tatiane Vargas Margraf

Mestranda em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

tatianevargas822@yahoo.com.br

Recebido em: 11/07/2019

Aprovado em: 15/09/2019

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre como os professores da Educação Básica podem ser compreendidos como intelectuais mediadores, utilizando-se da concepção de “Mediação Cultural” das autoras Ângela Gomes e Patrícia Hansen, um conceito recente que vem sendo discutido na área da história intelectual. Para tanto, busca-se, anteriormente, especificar outros aspectos que envolvem o surgimento da História Intelectual como um campo de pesquisa, bem como o período em que a expressão “intelectual” passou a ser utilizada na França, e algumas discussões e definições a respeito do próprio termo “intelectual”.

Palavras-Chave: História intelectual; Mediadores culturais; Professores da educação básica.

Abstract: This article intends to reflect on how basic education teachers can be understood as mediating intellectuals, using the "Cultural Mediation" conception of the authors Ângela Gomes and Patrícia Hansen, a recent concept that has been discussed in the area of intellectual history. In order to do so, it is previously sought to specify other aspects that involve the emergence of intellectual history as a field of research, as well as the period in which the term "intellectual" came to be used in France, and some discussions and definitions regarding of the term "intellectual".

Keywords: Intellectual history; Cultural mediators; Basic education teachers.

Durante a história dita “positivista” do século XIX, a escrita da História foi marcada por sua ênfase nos grandes nomes, nos grandes heróis; voltava seu olhar, principalmente, à História econômica e à História social. A chamada História Cultural, mesmo sendo praticada por alguns pesquisadores¹, era menosprezada, ficando às margens dos temas valorizados pelas universidades

¹ Conforme Burke (2005), a História Cultural já vinha sendo praticada a partir de 1800 por historiadores como Jacob Burckhart e sua obra *A cultura do renascimento na Itália*, e Johan Huizinga com sua obra *O outono da Idade Média*, onde,

neste período. A partir da década de 70, a História Cultural voltou com força, sendo chamada pelo historiador Peter Burke de “Nova História Cultural”.

A Nova História Cultural recebeu contribuições importantes da antropologia e da sociologia, ampliando os seus objetos de estudo da História e dando importância aos aspectos culturais, antes desvalorizados. Assim, temas anteriormente deixados de lado pelos historiadores econômicos, como a história da memória, do corpo, do gênero, das identidades e o estudo das práticas e representações, etc., foram, então, ganhando cada vez mais espaço (BURKE, 2005).

É neste contexto que outro campo de estudo da História alcança seu destaque: a História intelectual e a História dos intelectuais.

Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram o interesse da corporação dos historiadores (SIRINELLI, 2003, p. 237).

Com o êxito conquistado na área dos estudos culturais e, conseqüentemente, com o renascimento da história política e a respeitabilidade da história recente, consolidava-se, então, um novo objeto de estudo no campo da História (SIRINELLI, 2003). Como destaca Sirinelli,

A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural (SIRINELLI, 2003, p. 231).

No Brasil, a história intelectual e a história dos intelectuais também estão ganhando espaço atualmente, e cada vez mais novas pesquisas vêm sendo produzidas nesta área.

Este campo tem contribuído com reflexões e discussões importantes para a compreensão das ações e das práticas desenvolvidas por estes sujeitos chamados de intelectuais. Nesse sentido, a noção de intelectuais vem sendo compreendida de forma ampla e não restrita.

Entretanto, antes de iniciarmos a discussão sobre o significado amplo do termo intelectual, que nos possibilita pensarmos os professores como mediadores culturais, faz-se necessário explanarmos um pouco sobre o contexto francês em que esta noção de intelectual se torna corrente.

conforme Burke, tais historiadores já faziam referência a temas como a inveja, a raiva e o amor, temas que mais tarde a Nova História Cultural abrangeria.

A expressão “intelectual” na França

Apesar do termo “intelectual” circular amplamente no meio cultural francês da segunda metade do século XIX, sua emergência se deu com o célebre manifesto *J'accuse: lettre au président de la République*, do autor Émile Zola, o qual foi publicado no Jornal *L'Aurore*, em dezembro de 1898. Este texto tornou pública a posição de Zola sobre o Caso Dreyfus, produzindo grande impacto no cenário político e cultural francês (VIEIRA, 2008).

Gérard Leclerc resume de forma breve, mas muito precisa e clara, o que foi o Caso Dreyfus:

Em dezembro de 1894, um oficial judeu, o capitão Alfred Dreyfus, é condenado pelo conselho de guerra à deportação perpétua por ter entregue documentos à embaixada da Alemanha. No momento de sua degradação pública, em janeiro de 1895, gritos são lançados na multidão: “morte aos judeus!”. Em março de 1896, o comandante Picquard, novo chefe de serviço de informações, descobre que Dreyfus é inocente e que o culpado é, muito provavelmente, um outro oficial, o comandante Esterhazy. Mas o exército procura abafar o resultado de suas investigações (LECLERC, 2004, p. 53).

O julgamento de Dreyfus pelo governo francês, mesmo com provas que validavam sua inocência, levou vários intelectuais, entre eles Émile Zola e Émile Durkheim, a manifestarem-se em favor do militar. Estes intelectuais pediam por um julgamento apoiado em normas jurídicas de valor universal e não em função da lógica conjuntural dos interesses de Estado (VIEIRA, 2008).

O julgamento de Dreyfus tomou tamanha dimensão que dividiu a cultura política francesa entre dreyfusards e anti-dreyfusards, sendo durante o Caso Dreyfus que o termo intelectual entra em uso corrente na França. Contudo, como destaca Sapiro,

Usado inicialmente de maneira pejorativa pelos antidreyfusards para desacreditar a legitimidade de seus adversários a intervir na cena política em nome de sua especialidade, é reapropriado por estes últimos e conhecerá uma fortuna internacional (SAPIRO, 2012, p. 21).

Foi neste contexto que as categorias anteriormente “designadas por vocábulos especializados: homens de letras, cientistas, escritores, universitários, etc.” (CHARLE, 2003, p. 147) passaram a ser chamadas de “intelectuais”.

Além de marcar a utilização corrente do termo intelectuais, o Caso Dreyfus também foi o responsável por marcar o início do posicionamento político dos intelectuais. Conforme Sapiro (2012, p. 29), os intelectuais que se afirmam como categoria social no final do século XIX

“reivindicam sua capacidade de impor a definição legítima das problemáticas sociais de maneira independente das expectativas do poder político”. Neste sentido, foi a partir do Caso Dreyfus que os intelectuais “ganharam” a função de posicionar-se politicamente.

A utilização da expressão “intelectuais” torna-se corrente no período do Caso Dreyfus. Porém, como nos lembra Gérard Leclerc, é importante destacar que isto não impede que este termo seja empregado antes dessa época, como muitos historiadores o fazem, por exemplo, no caso da obra *Os Intelectuais na Idade Média*, do historiador Jaques Le Goff (LECLERC, 2004).

Alguns debates acerca da definição de “intelectuais”

Muitos autores utilizam-se da expressão “intelectuais”; no entanto, seu significado é considerado problemático. Neste sentido, procuramos, de forma breve, destacar algumas definições atribuídas a este termo.

O Caso Dreyfus marcou o momento em que os intelectuais passaram a se posicionar politicamente e intervir nos debates sociais, função essa que anteriormente não era atribuída aos mesmos. Esta questão passou, então, a representar uma outra discussão no campo da história intelectual, tornando a definição do termo intelectual mais problemática, devido, dentre outros motivos, à noção de engajamento.

Discussões sobre se o intelectual deve ou não atuar em questões sociais passaram a ser refletidas por vários autores. Há autores que defendem uma noção de intelectual engajado nas causas sociais, como, por exemplo, Sartre. Conforme Leclerc (2004, p. 17), “o intelectual ultrapassa o campo de sua competência profissional [...] para falar de coisas na quais não é expert, mas em relação as quais julga-se implicado e preocupado”; assim afirmaria Sartre, para o qual o intelectual seria um indivíduo intrometido e crítico, e devido ao seu espírito investigador, vai além de seu campo profissional, devendo então atuar e intervir politicamente nas questões sociais (LECLERC, 2004), ou seja, a ideia de intelectual para Sartre é a de um indivíduo engajado nas lutas e causas da sociedade.

Outra concepção totalmente oposta é a de Julien Benda, para o qual não cabe ao intelectual posicionar-se politicamente e atuar em causas sociais. Em seu texto *A traição dos intelectuais* (2007), Benda considera que houve uma traição dos intelectuais modernos no momento em que eles se deixaram levar pelas emoções e paixões e passaram a posicionar-se politicamente, sendo considerados, então, parciais, e não mais neutros. Conforme o autor, os

intelectuais não podem expressar suas ideias, pois ao agir desta forma estariam traindo a possibilidade de um conhecimento livre de paixões.

Esta noção de engajamento, somada às discussões sobre a ambiguidade do termo, decorreu na preocupação dos autores e pesquisadores com a definição do próprio conceito de intelectual. É neste sentido que Jean-François Sirinelli (2003, p. 243) argumenta: “sem um mínimo de harmonia quanto à definição, o estudo dos intelectuais fica reduzido à ineficácia [...]”. Sirinelli (2003, p. 242 – 243) busca definir este conceito a partir de duas acepções, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”.

Sirinelli (2003) compreende na primeira acepção os jornalistas, os escritores, os professores, os receptores da cultura, e também uma parte dos estudantes, compreendidos como criadores ou mediadores em potencial. Na segunda acepção, o autor compreende os indivíduos a partir da noção de engajamento, ou seja, são indivíduos que agem na sociedade e intervêm nos debates da cidade, colocando-se, assim, em serviço de uma causa que ele defende.

Para Sirinelli (2003, p. 243), o debate entre as duas definições não deveria ser um problema, pois o historiador do político pode partir de uma definição ampla e, quando necessário, “fechar a lente, no sentido fotográfico do termo”. A partir desta compreensão, não é necessário excluir uma definição em detrimento de outra, pois ambas podem ser utilizadas.

As autoras Ângela Gomes e Patrícia Hansen também compreendem os intelectuais a partir de uma concepção ampla do termo. Gomes e Hansen (2016, p. 10) consideram os intelectuais como “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social”. Estas autoras não buscam fazer uma hierarquização ou subdivisão desta categoria.

Gomes e Hansen (2016) compreendem os intelectuais todos em uma mesma acepção, ou seja, elas não fazem uma distinção entre os produtores de conhecimento, os que comunicam estas ideias (chamados por elas de mediadores culturais) e os que intervêm politicamente e socialmente nas questões da sociedade.

Gomes e Hansen definem que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializados, quanto os intelectuais que se dirigem a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Para as autoras, os intelectuais mediadores podem ser tanto os que se dedicam a um público específico,

como o escolar, os sócios ou membros de uma determinada organização; ou os que se dedicam a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação, por exemplo (GOMES & HANSEN, 2016). Conforme Gomes e Hansen, os intelectuais que se dirigem ao público escolar também fazem parte da categoria de mediadores culturais; a partir desta concepção, portanto, torna-se possível compreendermos os professores da Educação Básica como intelectuais mediadores.

As autoras também destacam,

[...] um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga. (GOMES & HANSEN, 2016, p. 22).

Essas categorias não devem ser consideradas como posições fixas, pois não há identidades profissionais ou pessoais fixas e imutáveis (GOMES & HANSEN, 2016). Ao refletirmos sobre os professores da Educação Básica enquanto intelectuais mediadores, os compreendemos como intelectuais que estão inseridos em duas atividades ao mesmo tempo, ou seja, os consideramos tanto mediadores do conhecimento quanto criadores.

Intelectuais mediadores: os professores da Educação Básica

A partir da consolidação da História Cultural, houve uma mudança com as abordagens referentes às formas de tratar os bens culturais. Porém, os sujeitos responsáveis pela circulação desses produtos culturais continuaram sendo hierarquizados, considerados apenas como meros transmissores culturais (GOMES & HANSEN, 2016).

Para Gomes e Hansen (2016), mesmo a atividade de mediação sendo considerada fundamental e indispensável na sociedade, o intelectual mediador ainda é considerado secundário, supérfluo e de menor valor em relação aos “criadores” do conhecimento. Apesar dos mediadores culturais serem compreendidos como intelectuais — fato que fica evidente na aceção de Sirinelli —, ainda existe uma dicotomia que separa os processos de criação ou produção e os mediadores/divulgadores. Assim, para as autoras, essa dicotomia que atribui menor valor ao intelectual mediador precisa ser rompida.

Dentre tantos profissionais que atualmente se dedicam à atividade da mediação cultural, procuramos aqui fazer uma reflexão a respeito dos profissionais que se dirigem ao público escolar, de modo específico, os professores da Educação Básica. Nesta discussão, procuramos

pensar mais especificamente os professores da disciplina de História, mas tal reflexão pode ser estendida também às outras disciplinas escolares.

Atualmente, ainda é possível perceber que existe uma desvalorização destes profissionais da Educação Básica em relação aos professores que atuam nas instituições de ensino superior. Este fato pode ser observado, entre outras coisas, pela diferença de salário e pelo reconhecimento da própria sociedade. É comum que a sociedade em geral olhe os profissionais do ensino superior com outros olhos, atribuindo a eles uma condição superior, os considerando, muitas vezes, os únicos criadores do conhecimento. É notório que os professores das universidades contribuem de forma inquestionável para a produção do conhecimento; entretanto, esta concepção inferioriza os professores da educação básica, aos quais ficaria apenas a função de transmitir os conhecimentos já então produzidos.

Dessa forma, buscamos aqui refletir sobre estas questões que ainda atribuem menor valor ao intelectual mediador da Educação Básica. Seriam os professores da rede básica mediadores culturais que apenas transmitem o conhecimento produzido pelos professores considerados “eruditos”, ou eles também encontram meios de significar os textos e livros lidos de forma que também atuam produzindo novos sentidos e significados?

Neste sentido, é necessário pensarmos outro elemento importante ao tratarmos da mediação cultural realizada pelos professores, que é a questão do consumo cultural. Ao discutir sobre esta questão da criação e consumo ou produção e recepção, pensando especificamente no historiador, Chartier destaca que “[...] o historiador reintroduz a maior parte das vezes o seu próprio consumo e eleva-o, sem ter bem consciência disso, à categoria universal de interpretação” (CHARTIER, 1988, p. 58). Podemos compreender que uma obra ou um texto não surge do nada, pois antes de produzir algum desses produtos culturais, existe também um consumo que possibilita o surgimento de novas ideias.

Partindo da concepção de que ninguém pensa nada sozinho, temos que ter em mente que os próprios intelectuais considerados produtores do conhecimento são também consumidores. Para o historiador Roger Chartier,

Definido como uma outra produção, o consumo intelectual, por exemplo a leitura de um texto, pode assim escapar à passividade que tradicionalmente lhe é atribuída. Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que – longe de submeterem o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar –

permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência (CHARTIER, 1988, p. 59-60).

Conforme Chartier (1988), o consumo intelectual, seja pelos próprios intelectuais ou por um público mais amplo, não é um ato passivo, pois a mensagem transmitida pelo autor pode ser compreendida de forma diferente pelo leitor. Um texto pode ser interpretado de inúmeras formas, e essa interpretação dependerá também da bagagem cultural de cada indivíduo e das suas experiências em relação ao tempo.

Gomes e Hansen, ao recuperarem o conceito de apropriação cultural de Roger Chartier, afirmam,

O que o conceito de apropriação cultural traz de mais rico é a ideia de que os sentidos dos bens culturais não estão unicamente inscritos neles mesmos, nem nos projetos/intenções de seus autores, mas igualmente nas práticas de apropriação que envolvem os processos de recepção/ consumo pelos públicos (GOMES & HANSEN, 2016, p. 15).

A partir destas discussões é possível compreender que o consumo cultural, seja pelos próprios pares, seja pelas pessoas em geral, sempre permitirá uma reapropriação da mensagem pelo leitor.

As autoras destacam que a figura do intelectual mediador não deve ser entendida como a de um mero transmissor, ou seja, “alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar ou transformar criativamente” (GOMES & HANSEN, 2016, p. 16). Pelo contrário: o intelectual que atua como mediador cultural também é produtor de novos significados ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos então reconhecidos como preexistentes.

Para Gomes e Hansen, “o intelectual mediador, neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual ‘criador’” (GOMES & HANSEN, 2016, p. 18). As autoras também destacam:

O mediador, nessa perspectiva, é o criador de algo híbrido, mas não no sentido negativo (desorganizador, impreciso, até impuro). Muito ao contrário, esse produto “misturado”, percebido como aquele capaz de estabelecer uma comunicação com novos públicos, apresenta uma complexidade que não deve ser minimizada ou banalizada. Além disso, o trabalho do mediador, mesmo quando entendido como “simplificação/didatização” de códigos, linguagens e conhecimentos, nada tem de fácil. O simples adquire uma gama de significados complexos, assentados nas ideias de seleção e escolha cuidadosas; de uma depuração que torna precisos os sentidos mais importantes daquilo que se deseja comunicar, o que demanda competências e vivências específicas e especializadas (GOMES & HANSEN, 2016, p. 33)

Ante o exposto, a inferiorização ainda atribuída aos mediadores culturais que se dedicam ao público escolar, como os professores da Educação Básica, não faz sentido, e precisa ser reconsiderada pela sociedade. Infelizmente, esta concepção de que eles atuam como meros “simplificadores” dos conteúdos ainda faz parte do senso comum, sendo uma concepção equivocada que necessita ser rompida.

A partir destas discussões, não é possível pensar que o professor da Educação Básica atue apenas como um mero transmissor ou simplificador do conhecimento produzido pelos professores acadêmicos, pois, como demonstrado, ao ler e interpretar os textos, ele também os atribui novos sentidos e significados, criando e ensinando, assim, um conhecimento singular.

Neste sentido, Ana Zavala aponta,

É possível que as razões que estão por trás das formas em que o discurso de (uma parte) da historiografia (que é a que o professor conhece, recorda e julga pertinente levar em conta neste momento) passa ao discurso de sua aula e constitua o centro da sua teoria da prática do ensino da História (ZAVALA, 2015, p. 194) [Tradução nossa]².

Para Ana Zavala (2015), a prática docente do professor da Educação Básica é acompanhada de uma dimensão teorizante, ou seja, a ação docente não é apenas uma mera transmissão de conteúdos. Ao contrário, é inerente à prática do professor uma ação reflexiva e teorizante, visto que ele também precisa fazer um recorte das informações conforme as suas leituras, bem como determina o que julga pertinente, ou não, ensinar em suas aulas.

Segundo a autora, “[...] ninguém ensina tudo o que sabe e da forma exata em que está nos livros que leu... pois, de fato, dificilmente se recorde” (ZAVALA, 2015, p. 183) [Tradução nossa]³. É possível apontar que há uma aproximação desta concepção com o conceito de apropriação cultural de Chartier, uma vez que os textos lidos podem ser reapropriados e significados de formas distintas pelos seus leitores, os quais, no caso dos professores da Educação Básica, ao transpor as informações lidas, o fazem de forma única e singular, inserindo a elas novos sentidos e significados.

Estas reflexões nos possibilitam olhar os professores da Educação Básica de uma forma mais atenciosa, e reconhecê-los também como produtores do conhecimento, os percebendo

² Es posible que las razones que están detrás de los modos en que el discurso de (una parte) la historiografía (que es la que el profesor conoce, recuerda y juzga pertinente tener en cuenta em ese momento) pasa al discurso de su clase constituya el centro de su teoría de la práctica de la enseñanza de la historia (2016, p. 194).

³ “(...) nadie enseña todo lo que sabe y de la manera exacta em que está em los libros que leyó... porque de hecho difícilmente lo recuerde” (ZAVALA, 2015, 183).

como sujeitos que, antes mesmo de exercerem sua prática docente, também são leitores que significam os textos lidos, atribuindo-lhes novos sentidos e significados. Compreende-se, assim, que a atividade de mediação cultural desenvolvida por estes sujeitos torna-se um novo saber, único e singular, carregado de novos sentidos e significados.

Considerações finais

A partir das discussões e definições relacionadas à expressão “intelectual” e utilizando-se da concepção de “Mediação Cultural”, é possível compreender o professor da Educação Básica como um intelectual mediador que não apenas realiza atividades de mediação cultural, mas que também atua como produtor de novos conhecimentos. Ainda é necessário, contudo, o rompimento desta concepção social que inferioriza os mediadores culturais em relação aos “criadores” do conhecimento, fato que, infelizmente, ainda pode ser observado quando se trata dos professores da Educação Básica.

Torna-se necessário lembrar que “nem mesmo o intelectual mais especializado em atividades de mediação cultural ou a elas exclusivamente devotado tem, por definição, menor valor político e cultural” (GOMES & HANSEN, 2016, 27). Conclui-se que, mesmo com os avanços nos estudos do campo da história intelectual, juntamente com as contribuições da história cultural, os quais já vêm questionando e rejeitando esta concepção hierarquizante, ainda se vislumbram desafios no que diz respeito à inferiorização dos intelectuais mediadores que se dedicam ao espaço escolar.

Referências bibliográficas:

- BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). Tradução Maria Helena Camara Bastos. **Revista História da Educação**. UFPel: Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.
- CHARTIER, Chartier. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Ed. Lisboa: Difel, 1988.
- GOMES, Angela Maria de Castro; Hansen. Patricia Santos. **Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo**. In: GOMES, Angela Maria de Castro; Hansen. Patricia Santos (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais** (REPOCS), vol. 9, n. 17, p. 19-50, jan/jun. 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 8, n. 16, jan./abr. 2008.

ZAVALA, Ana. **Pensar ‘teoricamente’ la práctica de la enseñanza de la Historia**. Revista História Hoje. V. 4, nº 8, p. 181-203, 2015.